

-----**ACTA 16/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 18 de Julho de 2011**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Julho do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, José Carlos Silva, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente solicitou que fossem introduzidos mais dois pontos na Ordem de Trabalhos, o que foi aceite pelo Executivo.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, usou da palavra para colocar ao Senhor Presidente a seguinte questão:-----

-----"Tenho constatado que o processo de avaliação do SIADAP, tem criado alguns problemas e a Câmara está a ser acusada de alguma injustiça. Pretendia tratar este assunto numa reunião privada porque se tratam de trabalhadores e deve haver o máximo respeito por eles. Quero saber quem viu a sua classificação revista e qual a justificação para a sua reclassificação. Espero não ter que levar este assunto a outras instâncias, e que não o transformem numa questão política. Quero também saber se

não há prejuízo para os restantes funcionários."-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que esta questão foi levantada na última reunião do Executivo pelo Vereador Francisco Maurício, tendo sido esclarecido que os funcionários em questão fazem parte da Comissão de Serviço.-----

-----O Vereador Francisco Maurício referiu haver distinção entre o pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência e os restantes funcionários e questionou se fora deste Gabinete não há funcionários responsáveis.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Pina esclareceu que até agora os trabalhadores tinham tido um ponto, não tendo sido revista a classificação do pessoal do GAP, logo, este ano, foi levada em consideração a classificação relativa ao último ano, informando que iria responder por escrito às questões colocadas pelo Senhor Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----O Senhor Presidente prestou o seguinte esclarecimento:-----

-----"Os funcionários que dependem do meu Gabinete serão avaliados por mim e não admito intromissões."-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE -O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Filomena Maria Tomé de Brito, trinta e oito de dois mil e onze; Concelho - Sociedade Construções, Lda, quarenta e quatro de dois mil e onze.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO EM CONTINUO E TRANSPORTE DE MASSAS ASFALTICAS COM ACABAMENTO A QUENTE PARA ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE ALMEIRIM-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Em cumprimento do nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº278/2009, de 2 de Outubro, proponho a aprovação da minuta do contrato de Fornecimento em contínuo e transporte de Massas Asfálticas com acabamento a quente para arruamentos no Concelho de Almeirim.

-----Anexa a esta proposta, encontra-se a minuta do referido contrato.-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade e por minuta.---

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS CONCORRENTES, RELATIVAMENTE AO CONCURSO PARA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFANCIA Nº 3 EM ALMEIRIM-----

-----O Senhor Presidente leu a seguinte proposta:-----

-----"De acordo com o nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com o artigo 18º do D.L. 197/99, de 8 de Junho, proponho a não aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes, relativamente ao concurso para a empreitada de: Requalificação da Zona Envolvente ao Jardim de Infância nº 3 em Almeirim.-----

-----Estas propostas de erros e omissões foram analisadas tanto pelo projectista como pelo Júri dos Procedimentos.-----

-----Assim deverá ser mantido o preço base de 259.650,02€, aprovado em reunião de Câmara de 6 de Junho de 2011."-----

-----Proposta aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA
RESOLUÇÃO DE PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE
EXPROPRIAÇÃO, COM CARACTER DE URGENCIA E CONSEQUENTE POSSE
ADMINISTRATIVA-----

-----Foi pelo Senhor Presidente, apresentada a seguinte
proposta:-----

-----"Proposta de ratificação da resolução de pedido de
declaração de utilidade pública de expropriação, com carácter de
urgência e consequente posse administrativa.-----

-----Pretende a Câmara Municipal de Almeirim, ao abrigo das
competências que lhe são conferidas pelas disposições conjugadas
da alínea c) do nº 1 do artigo 13º e alínea a) do nº 1 do artigo
18º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e alínea f) do nº 2 e
alínea c) do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de
Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de
11 de janeiro, levar a efeito, em regime de empreitada de obra
publica, a construção de um parque de estacionamento e acessos
que servirá o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim.-----

-----A empreitada do Centro Escolar beneficiou de financiamento
comunitário e encontra-se em fase final de construção, prevendo-
se que o referido Centro Escolar entre em funcionamento no
início do próximo ano lectivo de 2011/2012.-----

-----A construção do parque de estacionamento e respectivos
acessos, que lhes estão associados, reveste importância
fundamental para o normal funcionamento do Centro escolar, pelo
que devem estar concluídos antes do início do ano escolar.-----

-----Decorreram negociações informais prolongadas tendo em vista
a aquisição de uma parcela de terreno necessária à construção de
parte do parque de estacionamento e respectivos acessos, que não
tiveram êxito dada a existência de um crédito hipotecário que
onera o prédio do qual a parcela a expropriar terá de ser
desanexada, por não ter sido possível ultrapassar o problema

junto do Banco credor hipotecário.-----

-----A construção do parque de estacionamento e respectivos acessos, que se encontra já em curso, revela-se da maior urgência, tendo em conta que o ano lectivo se iniciará em Setembro próximo e considerando que a sua execução poderá demorar cerca de 6 (seis) semanas.-----

-----A parcela a expropriar, com a área de 1536 m2, situada em Fazendas de Almeirim, foi avaliada em 10.200,00€, está localizada em zona definida pelo Plano Director Municipal de Almeirim, como área urbana de Fazendas de Almeirim inserida em Zona Urbana a Consolidar (ZHC), conforme artigo 4º, nº4 do Regulamento do Plano Director Municipal de Almeirim.-----

-----A parcela de terreno a expropriar foi objecto de avaliação por perito oficial que a avaliou em 10.200,00€ (dez mil e duzentos euros), estando esta verba devidamente cabimentada e cativada.-----

-----Assim, não tendo sido possível a aquisição por via não expropriativa e considerando a urgência da expropriação, cuja parcela vai servir o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, obra que foi comparticipada por fundos comunitários, cumpriria à Câmara Municipal de Almeirim, nos termos das disposições conjugadas do artigo 10º, alínea a) do nº 1 do artigo 14º e do artigo 19º do Código das Expropriações e da alínea c) do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberar resolução de expropriação e consequentemente de requerer ao membro do Governo competente a declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência e consequente posse administrativa da parcela.-----

-----Todavia, dada a premência de ser desencadeado o procedimento de obtenção da declaração da utilidade pública da expropriação e uma vez que a reunião ordinária da Câmara apenas teria lugar a 18 do corrente mês de Julho e o cumprimento da formalidade de convocação de uma reunião extraordinária apenas permitiram que a mesma se viesse a realizar na semana seguinte,

nos termos do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, resolvi apresentar ao Membro do Governo competente pedido de declaração de utilidade pública de expropriação, com carácter de urgência e consequente posse administrativa da parcela de terreno identificada nos termos seguintes:-----

-----1 - Identificação do prédio:-----

-----1.1 - Localização (freguesia): Fazendas de Almeirim-----

-----1.2 - Conservatória do Registo Predial: nº 182 Fazendas de Almeirim-----

-----1.3 - Matriz Urbana: artigo 3929º Fazendas de Almeirim-----

-----2 - Proprietários e interessados:-----

-----2.1 - Proprietário:-----

-----António da Conceição Santos-----

-----Rua 24 de Julho-----

-----2080 526 Fazendas de Almeirim-----

-----2.2 - Interessado:-----

-----Banco Português de Investimento SA-----

-----Rua Tenente Valadim, 20-----

-----4000 427 Porto-----

-----3 - Parcela a expropriar:-----

-----3.1 - Área: 1536 m2 (a desanexar do prédio nº 182/Fazendas de Almeirim)-----

-----3.2 - Confrontações: Norte com parte subsistente e Município de Almeirim, Sul com Natalino de Oliveira Gerardo, Nascente com Município de Almeirim e Poente com Rua e parte subsistente do prédio.-----

-----4 - Encargos a suportar com a expropriação: 10.200,00€.-----

-----5 - Causa de utilidade pública:-----

-----Construção urgente, em regime de empreitada de obras públicas, de um parque de estacionamento e acessos para o Centro Escolar de fazendas de Almeirim, cuja entrada em funcionamento ocorrerá em Setembro de 2011.-----

-----Previsão em PDM:-----

-----Área Urbana - Zona ZHC - Zona Urbana a Consolidar-----

-----Normas Habilitantes:-----

-----Artigo 10º, artigo 14º, nº 1, alínea a) e artigo 19º do Código das Expropriações-----

-----Artigo 64º, nº 7, alínea c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002.-----

-----Por motivo de urgente necessidade de assegurar em tempo útil a declaração de utilidade pública com carácter de urgência de modo a poder ser tomada posse administrativa da parcela com vista à realização da obra antes do início do ano escolar, resolvi, por meu Despacho de 6 de Julho passado, apresentar, de imediato, ao Membro do Governo competente, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 14º do Código das Expropriações, requerimento de declaração de utilidade pública da expropriação com carácter de urgência.-----

-----A competência para a resolução de requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação é, nos termos da alínea c) do nº 7 do artigo 64º da Lei 169/99 já referida, da Câmara Municipal.-----

-----Deste modo, solicito a ratificação do meu Despacho de 6 de Julho."-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria e minuta, com os votos do PS e CDU, e o voto contra do MICA.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Vou votar a favor, porque entendo que o Centro Escolar tem de funcionar, e esta expropriação permite melhorar as suas condições. No entanto, quero dizer que quando se falou que o Centro Escolar de Fazendas não respeitava o PDM, eu sugeri na altura a elaboração de um Plano de Pormenor, que resolveria a situação de forma mais coerente e melhor. A Câmara decidiu avançar, ao resolver as situações de forma "avulsa", não garantindo a melhor qualidade do território e esta proposta confirma mais uma vez a minha opinião".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte

Declaração de Voto:-----

-----"Por todas as vicissitudes que se prenderam com a construção deste Centro Escolar, desde a sua inadequada localização, passando pela aquisição dos terrenos e da sua classificação face ao PDM, bem como o processo obscuro da alteração ao PDM, com o único objectivo de tentar limpar as ilegalidades e ter um financiamento comunitário ("CCDR-LVT autorizou a operação para evitar a perda do investimento") que, retira o carácter ilícito à conduta, do presidente da câmara e dos vereadores que apoiaram e votaram favoravelmente as violações do PDM de Almeirim.-----

-----Num Estado de direito, exige-se não só a aplicação da Lei, como o apuramento das responsabilidades e respectivas sanções.--

-----Por tudo isto, o MICA vota contra e faz voto de vencido."--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM-----

-----O Senhor Vice Presente deu conhecimento da seguinte proposta:-----

-----"Tendo em conta a informação da DHU, que se anexa, proponho a aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Almeirim - RMUEA e posterior envio do mesmo à Assembleia Municipal."-----

-----Acompanha a proposta a informação da Técnica Cláudia Afonso, do seguinte teor:-----

-----"Relativamente ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Almeirim - RMUEA, informo V.Ex^a que, em cumprimento da Deliberação de Câmara de 18/04/2011, o projecto de regulamento foi submetido a discussão pública, conforme consta no Edital nº 411/2011 publicado no Diário da República, II Série - nº 86.-----

-----Nestes termos, verifica-se que já terminou o prazo concedido para discussão pública, não tendo sido apresentadas nestes serviços quaisquer questões sobre o assunto.-----

-----Face ao exposto, considera-se que o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Almeirim - RMUEA está em condições de ser submetido a aprovação final pela Exm^a Câmara, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal e respectiva publicação."-----

-----O Vice Presidente falou da construção dos muros, que são uma questão sensível, pois o que se pretende sempre é que os muros sejam bastante altos. Com a aplicação deste regulamento, pretende-se criar condições para que até determinada altura se construa em alvenaria e se possa altear com gradeamento visível.-----

-----O Senhor Arquitecto António Forte foi chamado à reunião, para prestar esclarecimentos às questões levantadas pelo Vereador Aranha Figueiredo, relativamente aos artigos 10º e 25º.-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA REDACÇÃO DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO--

-----A Senhora Vereadora Fátima Pina, leu a seguinte proposta:--

-----"Regulamento para concessão de bolsas de estudo-----

-----Considerando que o artigo 5º, alínea a) do Regulamento para a concessão de bolsas de estudo suscitou dúvidas quanto à sua constitucionalidade em sede de Assembleia Municipal, e por isso retirado da Ordem de Trabalhos, proponho que o mesmo artigo passe a ter a seguinte redacção:-----

-----Artigo 5º - Condições de Candidatura-----

-----1 - Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:-----

-----a) Serem de nacionalidade portuguesa;-----

-----b) Serem residentes no Concelho de Almeirim há mais de 5 anos;-----

-----c) Terem tido bom aproveitamento escolar no ano lectivo

anterior;-----

-----Não serem detentores de qualquer tipo de grau de ensino superior;-----

-----Apresentarem comprovativo de como solicitaram bolsa nos Serviços Sociais da Universidade e respectivo deferimento/indeferimento do serviço.-----

-----2 - Os estrangeiros e apátridas gozam dos mesmos direitos que os cidadãos portugueses.-----

-----Nota: À proposta anexa-se publicação em DR do Projecto de Regulamento para a concessão de bolsas de estudo, uma vez que o mesmo esteve em apreciação publica pelo prazo de 30 dias, a contar da data da sua publicação em DR e parecer solicitado ao gabinete jurídico."-----

-----Passo a transcrever o parecer do Consultor Jurídico da Autarquia:-----

-----"Constitucionalidade de norma do regulamento para a concessão de bolsas para o ensino superior-----

-----Pretende a Sr^a Vereadora uma breve interpretação do teor da norma constante da alínea a) do artigo 5º do Projecto de Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior (RBEES), no sentido de apurar se o mesmo padece de inconstitucionalidade.-----

-----É o seguinte o teor da norma em causa:-----

-----Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham cumulativamente, as seguintes condições:-----

-----a) Serem de nacionalidade portuguesa;-----

-----... -----

-----O teor desta alínea suscitou duvidas quanto à sua constitucionalidade, por possível violação de principio de igualdade plasmado nos artigos 13º e 15º da CRP.-----

-----Reza esta norma:-----

-----Artigo 13º - Principio da Igualdade-----

-----1 - Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei.-----

-----2 - Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.-----

-----Artigo 15º - Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus.---

-----1 - Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão do cidadão português.-----

-----2.-----

-----3.-----

-----4.-----

-----5.-----

-----Em rigor, a norma do RBEES não é, em si mesma, inconstitucional, ainda que, pela sua redacção, possa admitir uma aplicação concreta da mesma que seja inconstitucional, na medida em vede o acesso a estrangeiros e apátridas aos direitos civis.-----

-----Com efeito, as normas legais devem ser interpretadas respeitando o espírito do sistema jurídico onde se integrem. Ora, apesar do artigo 13º da CRP estabelecer, numa primeira linha, um princípio de igualdade dentro da cidadania, o artigo 15º vem ampliar o âmbito de protecção concedido pelo artigo 13º aos estrangeiros e apátridas residentes em Portugal. Ou seja, a norma do nº 1 do artigo 15º consagra a chamada paridade civil, mas também os clássicos direitos de liberdade e ainda os direitos de prestação, como é o caso do direito ao ensino (artigo 74º da CRP).-----

-----Assim, não é propriamente a alínea a) do artigo 5º do RBEES que é inconstitucional, mas sim uma interpretação daquela norma que desconsidere o disposto no artigo 15º, conjugado com o disposto no artigo 74º.-----

-----Em face ao exposto, em rigor, não se afigura estritamente necessária qualquer alteração à redacção da alínea a) do artigo

5º do RBEES.-----

-----Todavia, poderá ser entendido conveniente uma melhor clarificação da norma em causa, de modo a não dar aso a interpretações inconstitucionais da norma, o que pode ser conseguido por uma das seguintes hipóteses: (i) a supressão da norma da alínea a) ou (ii) o aditamento de um nº 2 que expressamente equipare os estrangeiros e apátridas aos nacionais portugueses.-----

-----Deste modo, em alternativa, propõem-se as seguintes redacções para o artigo 5º do RBEES:-----

-----1ª hipótese - Artigo 5º - Condições de Candidatura:-----

-----Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:-----

-----a) Serem residentes no Concelho de Almeirim há mais de 5 anos;-----

-----b) Terem tido bom aproveitamento escolar no ano lectivo anterior;-----

-----c) Não serem detentores de qualquer tipo de grau de ensino superior;-----

-----d) Apresentarem comprovativo de como solicitaram bolsa nos Serviços Sociais da Universidade e respectivo deferimento/indeferimento do serviço.-----

-----2ª Hipótese - Artigo 5º - Condições de Candidatura:-----

-----1 - Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo, os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:-----

-----a) Serem de nacionalidade portuguesa;-----

-----b) Serem residentes no Concelho de Almeirim há mais de 5 anos;-----

-----c) Terem tido bom aproveitamento escolar no ano lectivo anterior;-----

-----d) Não serem detentores de qualquer tipo de grau de ensino superior;-----

-----e) Apresentarem comprovativo de como solicitaram bolsa nos

Serviços Sociais da Universidade e respectivo deferimento/indeferimento do serviço.-----

-----Os estrangeiros e apátridas gozam dos mesmos direitos que os cidadãos portuguesas."-----

-----O preambulo desta proposta passou a ler-se da forma acima transcrita, sob proposta do Vereador da CDU.-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade.--

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL-----

-----Sob proposta da Senhora Vereadora Fátima Pina, foi presente o Regulamento do Museu Municipal, proposta esta abaixo transcrita:-----

-----"Considerando que o Museu Municipal tem sido um projecto em desenvolvimento onde tem existido a implementação de medidas de divulgação quer através do site - www.museualmeirim.blogspot.com - quer através de folhetos onde se têm abordado temáticas relacionadas com o acervo e a museologia, propõe-se de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto a apreciação e aprovação do seu regulamento.-----

-----Salienta-se que o projecto inicial tinha a denominação de "Centro Museológico", tendo sido alterado em reunião de câmara de 21 de Fevereiro de 2011 para "Museu Municipal" conforme proposta aprovada.-----

-----Em Almeirim foi criado o Museu Etnográfico da Casa do Povo, no âmbito do tipo de museus promovidos nos anos quarenta do século XX, à semelhança do Museu de Arte Popular e do Museu de Etnografia e História do Porto. O processo de criação deste Museu em Almeirim, iniciou-se em 1948 com a recolha de objectos. Em 1953, abriu uma sala de exposição com 300 objectos, na sua maioria oferecidos pela população local, de natureza diversa: numismática, arqueologia, traje, miniaturas, artesanato, alfaiais agrícolas e fotografia. Em 1967, com a inauguração das novas instalações da Casa do Povo foi reinstalado o Museu numa

sala de 120 m2. O pedido de colaboração da comunidade com a oferta de objectos repetiu-se por várias vezes.-----

-----Tendo sido esta sala desactivada, a Câmara Municipal de Almeirim ficou responsável pelo referido acervo incorporando-o num Museu Municipal. Este projecto encontra-se em fase de conclusão prevendo-se a abertura ao publico durante o mês de setembro."-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DE MARIANOS E DE RAPOSA-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"As EBIs de Marianos e de Raposa viram o seu funcionamento suspenso em 2008 e 2010, respectivamente, devido à requalificação/reordenamento da rede escolar. Desde essa data, têm funcionado com autorização excepcional, mas todas as suas actividades têm decorrido com a maior normalidade. As comunidades locais, quer de Marianos quer de Raposa, desde sempre se manifestaram contra o encerramento das escolas e contra a deslocação das suas crianças do 1º ciclo, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, para outras escolas fora da sua localidade.-----

-----Considerando que o Sr. Ministro da Educação afirmou , há poucos dias atrás, que as EBIs previstas para encerramento poderiam vir a ser alvo de uma reapreciação, a Câmara Municipal de Almeirim solicita ao Ministro da Educação a reapreciação do encerramento destas duas escolas do concelho de Almeirim e faz saber que o seu parecer relativamente a esta matéria é totalmente contra o seu encerramento."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE PARCERIA

ENTRE A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMEIRIM E A FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE SANTARÉM----

-----Foi presente e dada a respectiva explicação sobre o Acordo, o qual abaixo é transcrito:-----

-----"Acordo de Parceria"-----

-----Entre a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almeirim, com o NIPC 501208707, com sede na Rua Condessa da Junqueira, 2080 909 Almeirim, representada pelo seu Presidente da Direcção, Pedro Miguel César Ribeiro e o Município de Almeirim, com o NIPC 501273433, com sede na Rua 5 Outubro, 2080 052 Almeirim, representado pelo seu Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, celebra-se o presente Acordo de Parceria destinado a enquadrar a colaboração da Associação/ Corpo de Bombeiros e do Município supra mencionados como parceiros na boa execução das Operações denominadas por "ALENT-04-0435-FEDER-000289 - Federações dos Bombeiros dos Distritos de Portalegre, Santarém e Évora - Aquisição de Equipamentos Estruturantes"; o Trajecto para uma nova estratégia de melhoria do sistema operacional dos Bombeiros" e "Aquisição de veículos para operações de socorro e protecção civil" e que se rege pelas clausulas seguintes:-----

-----Cláusula 1ª - Os signatários, através do presente acordo, constituem uma Parceria, designada de "ALENT-04-0435-FEDER-000289 - Federações dos Bombeiros dos Distritos de Portalegre, Santarém e Évora - Aquisição de Equipamentos Estruturantes"; o Trajecto para uma nova estratégia de melhoria do sistema operacional dos Bombeiros" e "Aquisição de veículos para operações de socorro e protecção civil", para efeitos de todas as Operações candidatas aos Avisos de Concurso N° 1/PGRNT-M; N° 2/ PGRNT-M e N° 3/PGRNT-M - ALENT-31-2010-128 do Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural, do Regulamento Especifico de Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (Acções Materiais).-----

-----Cláusula 2 - Tendo presente as recentes alterações ao respectivo Regulamento Especifico de Prevenção e Gestão de

Riscos Naturais e Tecnológicos (Acções Materiais), nº seu artigo 11º aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente em 26 de Março de 2008, com as alterações aprovadas em 17 de Abril e 14 de Agosto de 2009 e em 20 de Abril de 2010, o qual, no seu nº 10 prevê que podem ainda ser abrangidas pelo disposto nos números 4 e 8 as Operações cuja contrapartida nacional seja maioritariamente assegurada por Municípios e excepcionalmente, durante os anos de 2010 e 2011, usufruir da taxa máxima de co-financiamento das despesas prevista no nº 1, que é 80%, e que durante o ano de 2011, as despesas sejam incluídas em pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários referidos no nº 4, beneficiam de uma taxa de 85%, sendo a taxa de co-financiamento da operação ajustada no seu encerramento.-----

-----1 - O valor de apoio concedido pelo Município de Almeirim e o respectivo pagamento à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almeirim, será efectuado em tranches, de acordo com o período definido para a execução das Operações.-----

-----2 - Estas Operações revestem-se de relevante interesse e importância para o Município de Almeirim, cujo seu enquadramento estratégico se encontra consignado nos objectivos do instrumento municipal de planificação para o sector da Protecção Civil.-----

-----3 - Os Prazos de Execução das respectivas Operações tiveram início em 31/05/2009 e término previsto em 15/05/2013.-----

-----4 - O Investimento Total Elegível Previsto das Operações apoiadas para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almeirim, estimam-se em 348.634,34€ (Candidaturas nº 1, Nº2 e Nº3), com uma taxa de co-financiamento inicialmente aprovada de 70%, e agora proposta a sua revisão para 80%, com a respectiva majoração de 5% para os pedidos de pagamento apresentados no ano de 2011, sendo a respectiva contrapartida nacional assegurada maioritariamente pelo Município de Almeirim.-----

-----Cláusula 3 - Após o encerramento das Operações, será verificado o total cumprimento das participações devidas pelo Município à respectiva Associação/Corpo de Bombeiros com a

aferição dos respectivos ajustamentos à taxa final do co-financiamento.-----

-----Cláusula 4 - Em, termos de sustentabilidade das Operações, importa referir que, serão as Associações/Corpos de Bombeiros com os respectivos Municípios enquanto beneficiários indirectos das Operações, que após a cessação dos pagamentos correspondentes ao financiamento concedido, garantirão a continuidade das actividades, serviços, manutenção, etc, uma vez que as entidades abrangidas no aviso estão sobre a sua competência, ou seja, os Municípios estão a cumprir uma das suas competências em matéria de desenvolvimento e planeamento, neste caso dependente do financiamento de fundos públicos.-----

-----Deste modo, cada um dos Municípios assegurará a continuidade das actividades, serviços, manutenção, etc, no âmbito das Operações em causa após a sua conclusão, estas despesas e continuidade das diferentes componentes apresentadas serão assim asseguradas através da inscrição das verbas necessárias no seu Orçamento Municipal e respectivo Plano de Actividades, de acordo com as necessidades verificadas em cada ano.-----

-----Cláusula 5º - São responsabilidades gerais dos parceiros as seguintes:-----

-----1 - Participar nos Grupos de Trabalho;-----

-----2 - Fornecer toda a informação necessária ao parceiro líder das Operações para que este desempenhe eficazmente a sua missão;-----

-----3 - Executar os planos de actividades integradas nas Candidaturas;-----

-----4 - O pagamento à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almeirim do diferencial entre o custo das aquisições e o valor do eventual financiamento que venha a ser obtido.-----

-----Portalegre, 14 de Junho de 2011".-----

-----Foi aprovado, com seis votos a favor, este acordo de parceria entre a CMA, Associação Humanitárias dos BVA e

Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém, com vista à comparticipação nacional para a compra de equipamentos, não tendo participado nesta votação o Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----CONFRARIA GASTRONÓMICA DE ALMEIRIM - Presente o pedido de apoio financeiro por parte da Confraria, para ajuda na promoção da Candidatura da Sopa da Pedra.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de 10.000€.-----

-----JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - Foi presente pelo Senhor Vereador José Carlos a proposta de apoio financeiro para pagamento de facturas referentes aos consertos da máquina de alcatroamento, máquina esta que colabora com a Autarquia no alcatroamento nas estradas de terra batida.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 1.888€.-----

-----ILDA MARIA GUERRA ALVES - O Vereador José Carlos leu a carta da Senhora Ilda Alves, do seguinte teor:-----

-----"No passado dia 7/6/2011, na Rua 5 de Outubro, quando descia o passeio em frente à sapataria Celta, para atravessar a rua e ir ao BES, deparei-me com um buraco no alcatrão o qual eu não vi, torci um pé e caí. Dessa queda sofri um traumatismo com hematoma no pé esquerdo, o qual me impossibilitou de desempenhar as minhas funções no meu emprego por não poder conduzir, pelo que fiquei de baixa desde o dia 7/6/2011 a 21/6/2011. No mesmo dia e no mesmo buraco, minutos antes, uma outra senhora caiu e ficou ferida na face, tendo levado 3 pontos na testa e 2 pontos no nariz. Tive também conhecimento que já várias pessoas têm

caído naquele buraco... Peço por isso à Autarquia que assuma as responsabilidades e comparticipação das despesas das quais envio cópias dos comprovativos. Fico também muito agradecida pela atenção dispensada pela funcionária Carla Peleira que tomou conta da ocorrência e o cuidado que tiveram em mandar tapar o buraco no mesmo dia evitando assim mais acidentes deste tipo."--

-----A Senhora anexa a esta carta Relatório completo de episódio de urgência, certificado de incapacidade temporária para o trabalho e recibos de farmácia.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar com 16 euros.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE ANDEBOL - Solicita a Associação apoio financeiro para pagamento de taxa de inscrição das equipas que participaram nas Provas a nível nacional, cujo valor total é de 600 euros.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar com cinquenta por cento do valor, a que correspondem 300 euros.-----

-----ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROTECÇÃO DOS ANIMAIS "OS PATOLAS" - Presente o pedido de um subsidio no valor de 920 euros, para a continuação da sua actividade.-----

-----Deliberado por unanimidade proceder à transferência do valor acima referido.-----

-----ARTES DECORATIVAS - Presente o pedido em nome de Cristina Torre, que solicita o apoio financeiro da Autarquia, para realização de um curso de Artes Decorativas, com duração de 3 meses, sendo que o valor referido é de 525€ mais IVA.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de metade do valor a que correspondem 262,50€.-----

-----SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
 - A Câmara tomou conhecimento da Petição emanada pelo STAL, relativamente à não redução do número de autarquias e de trabalhadores. Conforme solicitado por este organismo, o Executivo subscreveu a petição anexa para posterior envio à Assembleia da República.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR "OS VERDES" - A Câmara tomou conhecimento da carta enviada pelo Grupo Parlamentar "Os Verdes", sobre a Audição Pública Parlamentar sobre o Sector Ferroviário, a ter lugar dia 26 de Julho na Sala do Senado na Assembleia da República.-----

-----AMI - Foi dada para conhecimento do Executivo a carta da AMI, a agradecer o apoio sempre prestado, e a solicitar a sua continuidade, para ajuda ao desenvolvimento da sua actividade.--

-----ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL - A Câmara tomou conhecimento da carta da Associação acima mencionada, em que solicitam apoio para comemoração do Dia Mundial da Pessoa com Alzheimer bem como dos festejos do seu 7º aniversário.-----

-----CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE ALMEIRIM - Foi presente a carta do CRIAL, do seguinte teor:-----

-----"Requalificação das Instalações do CRIAL-----

-----É intenção da Direcção do CRIAL, candidatar a apoios ao investimento no âmbito da Inalentejo - Conectividade e Certificação Territorial - equipamentos para coesão local - a edificação de um bloco com 4 pisos no local que foi objecto de destaque e que se situa no prolongamento do edificio utilizado pela área administrativa e pelas salas de aula supervisionadas

pelo DREL, com frontispício voltado para o parque Lourenço de Carvalho.-----

-----Pelo exposto, vimos pedir a V. Ex^a que apresente em reunião do executivo a possibilidade da Câmara compartilhar nos custos de edificação, ficando com os segundo terceiro pisos para concentração dos serviços da autarquia que se encontram dispersos e sujeitos ao pagamento da renda. A comparticipação implicará um protocolo de cedência dos andares pelos anos encontrados na elaboração de valores tendo em conta a progressão das cotações de mercado.-----

-----A ausência implicará a elaboração de projecto de divisão em estrutura amovível dos andares destinados aos serviços da Câmara com os quais será completado o nosso projecto de arquitectura a submeter oportunamente à aprovação."-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que, em primeiro lugar terá o CRIAL de elaborar um projecto, e de seguida, em parceria com a Câmara solicitar a comparticipação.-----

-----COMISSÃO DE FESTAS DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Vereador José Carlos deu conhecimento do pedido de apoio financeiro da Comissão, para realização das Festas em Honra de S. José.-----

-----Por proposta do Vereador Aranha Figueiredo, foi o pedido retirado, para ser devidamente complementado, e voltar a uma próxima reunião.-----

-----BRUNO MIGUEL DOS SANTOS VINAGRE - Presente a informação da Técnica Superior, Cláudia Afonso, do seguinte teor:-----

-----"Rendas Mensais em dívida - Bruno Vinagre - Rua 1º de Dezembro, nº 18 Esqº em Almeirim.-----

-----Relativamente à moradia nº 1 do Bairro Social do Pupo, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 18 esquerdo, em Almeirim, arrendada a Bruno Miguel dos Santos Vinagre, cumpre-me informar V.Ex^a que:--

-----1 - Por óbito de José Manuel dos Santos Vinagre, em

Fevereiro de 2003 e a pedido de Bruno Miguel dos Santos Vinagre, o arrendamento foi transferido para este, com consentimento dos restantes irmãos;-----

-----2 - Decorridos oito meses, informou que estava interessado na aquisição da moradia, tendo sido celebrado contrato-promessa de compra e venda, em Março de 2004. Entretanto, e por incumprimento no pagamento das prestações mensais da habitação, foi convertido novamente em arrendamento (Abril 2009).-----

-----Ora, verifica-se que, nestes 2 anos de arrendamento (de Abril de 2009 até à data) o arrendatário não tem sido cumpridor nos pagamentos das rendas mensais, continuando a aumentar o número de rendas em dívida ao Município:-----

-----Considerando o número de rendas em atraso, em 15 de Fevereiro de 2010 foi aprovado pela Exm^a Câmara um plano de pagamentos (P.P) para efeitos de amortização da dívida, com início em Fevereiro de 2010 e terminus em Outubro de 2011. Contudo, não estando o referido P.P. a ser cumprido, notificou-se o arrendatário para apresentar plano de amortização da dívida sob pena de ser ordenado despejo. Da proposta apresentada, foi notificado para proceder ao pagamento da dívida em 6 prestações mensais, contudo, não foi feito nenhum pagamento.-----

-----Em conclusão, informo que estão 29 rendas em dívida ao Município, no valor de 1.216,85€.-

-----Face ao exposto, julgo dever ser solicitado parecer jurídico sobre o procedimento a aplicar nesta situação de incumprimento nos pagamentos e acumulação de 29 rendas em dívida."-----

-----Parecer do Consultor Jurídico:-----

-----"Face ao teor da informação supra, deve promover-se os termos para o despejo do imóvel, mediante a instauração da competente acção judicial."-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à ordem de despejo.-----

-----RUI PAULO DE CARVALHO CARDOSO - Rendas mensais em divida:--
 -----Foi presente a seguinte informação, da Técnica Superior, da Divisão de Habitação e Urbanismo:-----
 -----"Na sequência do n/ ofício nº 2453 de 2011/06/28 que concedia o prazo de 8 dias para, Rui Paulo de carvalho Cardoso, arrendatário da moradia nº 32 do Bairro AMCOFA, em Fazendas de Almeirim, apresentar um plano de pagamentos das 23 rendas mensais em divida ao Município, informo V.Exª que, o arrendatário compareceu hoje nestes serviços, apresentando a seguinte proposta:-----
 -----Pagar 60€ mensalmente para amortização da divida, durante 9 meses, para além do valor da renda mensal.-----
 -----Face ao exposto, deixa-se à consideração de V.Exª a aprovação da proposta de plano de pagamentos apresentada."-----
 -----A Câmara deliberou por unanimidade concordar com os termos da proposta acima referidos.-----

 -----RUI MANUEL DAVID DO ROSÁRIO - ACÇÃO DE DESPEJO - Presente a informação interna do Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Victor de Sousa, abaixo transcrita:-----
 -----"Assunto: Acção de despejo/Rui Manuel David do Rosário.-----
 -----Recebeu este Gabinete um pedido de informação, oriundo da DHU da (Drª Cláudia), solicitando que este Gabinete informe sobre o andamento da mesma.-----
 -----Cumpre apreciar e informar.-----
 -----1 - O inquilino Rui Rosário e esposa, já tinham sido Réus numa acção de despejo intentada anteriormente pela CMA;-----
 -----2 - Nessa acção, a um dia do despejo, a CMA acordou em realizar novo contrato de arrendamento, devendo o Rui Rosário pagar, faseadamente, as rendas em atraso e as actuais que entretanto fossem vencendo;-----
 -----3 - O novo contrato começou a produzir os seus efeitos em 01/04/2007;-----
 -----4 - Ora, logo nesse ano, ficaram por pagar as rendas dos

meses de Setembro a Dezembro, no total de €654,00;-----

-----5 - Contas feitas e, até ao dia de hoje, não mais o Rui Rosário pagou qualquer renda;-----

-----6 - Na data de hoje (15/07/2011) apareceu o Rui Rosário neste Gabinete, solicitando uma reunião;-----

-----7 - Como resultado do que foi discutido hoje, propõe o Rui Rosário o pagamento mensal de €250,00 (a renda actual cifra-se em €109,00) sendo o excesso de pagamento direccionado para abater as rendas em atraso;-----

-----8 - Propõe que esse pagamento mensal seja realizado por desconto no seu vencimento, através de uma "ordem" ou "autorização" que irá entregar no seu banco;-----

-----9 - Essa ordem de pagamento será accionada mensalmente, a todos os dias 8 dos meses a que disserem respeito;-----

-----10 - Deixa-se à consideração do Sr. Presidente a eventual aceitação destas condições, no entanto e, a decidir aceitar, deverá ser pedida à DHU uma relação actualizada de todas as rendas em atraso até hoje, e respectivos valores já com juros."-----

-----Foi deliberado por unanimidade aceitar a condição proposta, tendo em conta que a primeira vez que o valor da renda não seja pago, seja accionada a penhora do vencimento.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com autocarro às seguintes entidades:-----

-----Escola de Foros de Benfica, 333,21€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol, 459,00€; Rancho Folclórico Velhas Guardas de Almeirim, 708,21€; Congregação Testemunhas de Jeová, 418,50€; Marchas de Benfica, 153,75€; Escola Secundária Marquesa de Alorna, 348,29€; Centro Paroquial de Almeirim, 227,49€.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores

Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das
senhas de presença.-----

-----ACTAS - Foi aprovada a acta de 4 de Julho de 2011.-----

-----Às dezassete horas foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,
que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica